

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Cláudia Regina da Costa Pinna

**Espaço de moradia e processos de subjetivação
grupal nas famílias da atualidade**

MONOGRAFIA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós Graduação em
Psicoterapia de Família e Casal

Rio de Janeiro

Novembro de 2017



Cláudia Regina da Costa Pinna

**Espaços de moradia e processos de subjetivação
grupal nas famílias da atualidade**

MONOGRAFIA

Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC-RIO como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Psicoterapia de Família e Casal.

Orientadora: Professora Terezinha Féres-Carneiro

Leitora: Professora Cristina Ribeiro Dantas

Rio de Janeiro

Novembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Terezinha Féres-Carneiro, pela competência e ensinamentos que me estimularam a concluir com prazer essa etapa de aprendizagem.

A todos os professores do curso pela dedicação, profissionalismo e acolhimento.

Aos colegas de turma pelas discussões e momentos partilhados sempre com entusiasmo.

Às minhas amigas Gisele Falcão e Elismara Marques pela amizade, carinho e incentivo.

À Carla Mendes pelas conversas e trocas transbordantes de amizade e competência.

Ao meu marido Marcos pelo amor e paciência no decorrer desse percurso.

Aos meus filhos Rafael e Bruna pelo carinho e apoio incondicional.

À minha mãe Luiza pela força espiritual.

Pinna, Cláudia Regina da Costa. **Espaço de moradia e processos de subjetivação grupal nas famílias da atualidade.** Rio de Janeiro, 2017. 32 p. Monografia – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RESUMO

Dentro do contexto sócio-histórico, o espaço de moradia remete-se ao compartilhamento de afetos e experiências produzidos pela interação dos membros da família, ao mesmo tempo em que marca as lembranças e transmite as memórias geracionais das histórias familiares. Para além de espaço físico, a casa reflete o modo singular de viver daqueles que nela habitam, operando como um contorno de sustentação para as dimensões intra, inter e transsubjetivas trançadas nos tecidos individual, familiar e social. Tomando por base essas dimensões, o presente estudo teórico pretende compreender o processo de subjetivação adjacente à formação do grupo familiar e às transformações sociais, em paralelo à análise sobre as repercussões na dinâmica e na organização da casa.

Palavras-Chaves:

Casa, subjetivação, transformações sociais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PROCESSOS PSÍQUICOS NA FORMAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR.....	8
2.1 Os grupos e a psicanálise.....	8
2.2 Fronteiras e limites: visão sistêmica.....	12
3. TRANSFORMAÇÕES DA SUBJETIVIDADE, CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE.....	16
3.1 Processos de subjetivação na sociedade e as transformações na família.....	16
3.2 Conjugalidade e parentalidade na contemporaneidade.....	19
4. CASA E CORPO FAMILIAR	23
4.1 Espaço de moradia.....	23
4.2 O corpo e o grupo familiar: organizadores da casa.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30

1

INTRODUÇÃO

Por ser uma unidade grupal, a família é composta por modalidades inconscientes diferentes do funcionamento individual. A permeabilidade dos processos afetivos torna-se um constante desafio para as trocas individuais e para a dinâmica do grupo familiar.

Viver juntos sob o mesmo teto é uma das definições para existência de uma família, com a função permanente de dar significado às relações entre as pessoas envolvidas, ao mesmo tempo que serve de espaço para elaboração das experiências vividas. A ideia de casa remete ao compartilhar de afetos, memórias e experiências, constituindo a convivência familiar. Refletir sobre o espaço de moradia é confirmar a importância desse espaço enquanto organização interna e externa, em um processo produzido pela interação dos sujeitos que, à medida que o transformam em lar também se transformam, enquanto sujeitos e membros da unidade família. A casa abriga regras próprias e rotinas, que viabilizam seus habitantes a reconhecerem aquele espaço como seu, revelando um pouco da identidade e do modo de viver de cada família. Para além de espaço físico, a casa é, sobretudo, um espaço de lembranças e de histórias relacionadas à continuidade genealógica de seus moradores, conferindo-lhes um lugar para as representações afetivas. Um espaço que abriga a intimidade; o refúgio, a proteção e o aconchego em uma espécie de nosso canto no mundo.

Podemos dizer que, a casa abrange, portanto, três elementos com características comuns e fundamentais: identitária, relacional e social. São os sujeitos que transformam em um lar, o que antes era apenas um espaço geométrico e previamente definido pela arquitetura. A casa é história vívida e vivida pelas pessoas que nela habitam.

No segundo capítulo, apresentaremos a formação dos processos psíquicos adjacentes à formação do grupo familiar nas abordagens sistêmicas e psicanalíticas. Consideraremos o diálogo com autores da Psicanálise Grupalista Francesa, principalmente com Kaës e Eiguier, da Psicanálise Vincular da Escola Argentina com Berenstein e na linha sistêmica, a visão estrutural de Minuchin.

Durante longos anos, a psicanálise centrou-se nas teorias sobre o sujeito e, só a partir da metade do século XX, o pensamento psicanalítico diversificou-se e possibilitou a ampliação do corpo individual para o campo vincular, permitindo que importantes

estudos sobre o espaço “inter” assumissem uma melhor compreensão sobre o grupo familiar, que tanto na teoria como na prática foi se impondo como objeto de estudo.

No enfoque sistêmico da escola estrutural, privilegamos o conceito de fronteiras, que demarcam a convivência e o desenvolvimento do grupo familiar, ao mesmo tempo em que protegem a autonomia de seus membros. Em um ambiente-casa, as fronteiras servem como paredes que separam e preservam as funções dos subsistemas familiares, promovendo habilidades interpessoais dentro e fora da família.

No terceiro capítulo, abordaremos as transformações da subjetividade na sociedade e na família contemporâneas. Como marca da contemporaneidade, o individualismo possibilita que a identidade e a autonomia dos sujeitos sejam garantidas. Contudo, eles ainda necessitam do olhar e das trocas afetivas com outros para constituir sua subjetividade, o que deve ser assegurado pelo grupo familiar. As configurações familiares mudaram e, com isso, novas e variadas formas do processo de subjetivação estão sendo produzidas pelas transformações históricas e sociais. A parentalidade e a conjugalidade ficaram mais visíveis e as relações passaram a não serem mais definidas pelo lugar de quem as ocupa, mas pela afetividade e responsabilidade de cada sujeito envolvido no convívio. O pluralismo familiar pode ser compreendido pela importância dos sentimentos, das escolhas individuais e pelos laços familiares construídos com seus pares. As relações vinculares passaram a ter um valor fundamental na constituição das identidades, pois liga os integrantes de um grupo familiar, asseguradas principalmente pelo casal parental e conjugal.

No aspecto social, destacamos a urbanização nas grandes cidades em suas novas formas de moradia e o crescimento dos meios de comunicação, que trouxeram mais possibilidades de conexão com pessoas que estão distantes, mas também diminuiu o sentimento de coletividade, tanto no meio social como no meio familiar. Segundo Senett (2012), estamos perdendo as habilidades de cooperação necessárias para o funcionamento de uma sociedade complexa, o que repercute diretamente no convívio familiar.

No quarto capítulo, apresentaremos uma perspectiva sócio-histórica sobre o ambiente doméstico e suas transformações, reflexo não somente do crescimento urbano das cidades, mas também da necessidade de satisfazer às demandas de privacidade da família contemporânea. As edificações e a distribuição dos cômodos das casas foram construídas de forma a segmentar e particularizar as relações, passando a ser um fator

gerador de novos tipos de sociabilidades que, ainda hoje, não podem ser ignorados no contexto de vida social atual.

Eiguer (2004) sugere uma representação global de *habitat*, a qual denominou de “*habitat interior*”. Uma representação de dupla sustentação: real – relativo a objetos, móveis e espaço concreta da moradia, e imaginária, que se constrói de acordo com a história cotidiana. *Habitat interior* é um espaço intermediário entre o externo e o interno, construído a partir do inconsciente grupal como base do reconhecimento do grupo familiar, de referência, de isolamento e de conhecimento intimista. Uma vez consolidado o *habitat interior*, a família pode se sentir mais contida. Segundo o autor, uma prova clínica da existência do *habitat interior* é o fato de que, quando a família muda, ela tende a reproduzir a distribuição dos cômodos designados para cada um de seus membros. É na função de contenção e de diferenciação entre o dentro e o fora que a identidade familiar fica contida. Os aspectos mais desorganizados do psiquismo, mesmo aqueles que trazem temores de aniquilamento e confusão encontram no *habitat interior* sua “casca”. Outra função importante ressaltada pelo autor é a de continuidade histórica, incluindo lembranças que ligam experiências vividas entre os membros da família.

Assim, na prática clínica assinalaremos a importância da moradia para o grupo familiar como um espaço que protege e abriga, que separa e liga o dentro e o fora, envolvendo a todos em um sentimento de pertencimento. Torna-se necessário para o terapeuta de família compreender a casa como um espaço do processo de subjetivação grupal nas relações familiares.

2

Os processos psíquicos na formação do grupo familiar

2.1

Os grupos e a psicanálise

Em 1921 Freud inicia uma investigação de caráter antropológico em *Totem e Tabu* (FREUD, 1921/1973), sustentando a idéia de que, em cada indivíduo singular existem estruturas trans-individuais, que se manifestam nos contextos grupais e coletivos.

“Assim como o homem primitivo sobrevive virtualmente em cada indivíduo, também toda a massa humana pode reconstruir a horda primitiva. Haveremos, pois, de deduzir que a psicologia coletiva é a psicologia humana mais antiga. Aquele conjunto de elementos – que isolamos de todo o referente à massa para construir a psicologia individual – não se diferenciou da antiga psicologia coletiva senão mais tarde, muito pouco a pouco, e ainda hoje em dia, só parcialmente (FREUD, 1912/1973, p. 2596).

O mito da horda primitiva, descrito em *Totem e Tabu*, trata da relação do sujeito com o social e estabelece as fronteiras do permitido e do interdito, organizando o desejo e colocando o sujeito como ser cultural.

No caminho aberto por Freud, Bion(1970) elabora sua teoria, a partir de suas experiências nos períodos de guerra e de pós-guerra, apresentando um estudo do homem e seus grupos em um período traumático e de grandes transformações sócio-políticas. Este autor tem uma imprescindível contribuição para uma compreensão psicanalítica de grupos:

“A proposição que desejo demonstrar é a de que o grupo é essencial para a realização da vida mental de um homem – tão essencial para isto, quanto para as atividades mais evidentes da economia e da guerra” (BION, 1970, p. 46).

Segundo Bion (1970), Freud em “Psicologia do Grupo e a Análise do Ego” (1921) abre a discussão, apontando que, a psicologia individual e a psicologia do grupo não podem, de modo algum, serem diferenciadas porque o indivíduo é ele mesmo, uma função de sua relação com outros indivíduos e objetos. Bion ressalta que, nenhum indivíduo, por mais isolado que esteja no tempo e no espaço, deve ser encarado como externo a um grupo ou não possuidor de manifestações ativas de psicologia de grupo. A partir de suas idéias, a psicanálise pôde compreender que a realidade psíquica não é reduzida apenas ao indivíduo.

A ideia de compreender e escutar a família surgiu ao mesmo tempo em que outras mudanças, tanto na cultura como nas ciências sociais, seguiam as transformações do pós-guerra. O pensamento psicanalítico foi se diversificando e se consolidando, mas com limitações clínicas, principalmente no tratamento das psicoses. Era necessário escutar a família. Assim, na década de 1970, marcados pelas teorias sobre grupos de Bion na Inglaterra, Anzieu e Kaës na França, outros estudos foram sendo desenvolvidos, servindo de base para o que viria a se desenhar como terapia familiar com foco psicanalítico. A ampliação do campo individual para o campo vincular introduziu o espaço “entre” como objeto de estudo, havendo uma melhor compreensão sobre a família, podendo esta, tanto produzir sofrimento individual, como ser também, um espaço de conflito psíquico vincular (EIGUER, 1985). Segundo o autor, Anzieu desenvolveu o conceito de organizador psíquico grupal, analisando os grupos, em nível inconsciente, organizam-se em torno de representações mentais coletivas, constituídas por aparelhos psíquicos individuais. As relações entre integrantes de um grupo efetivam-se pela circulação de expressões de ideias, pensamentos, sentimentos e forças inconscientes, que se realizam pela circulação fantasmática. Para Anzieu, a “ilusão grupal”, designada como primeiro organizador, é o primeiro momento em que o grupo pode ser considerado como grupo. Anzieu ressalta, que toda situação de grupo será vivida como realização imaginária do desejo, para curar as feridas narcísicas.

Mais tarde, Ruffiot aplicou as descobertas de Anzieu à terapia familiar, explicando que o grupo familiar evolui de modo similar a outros grupos colocados em situação terapêutica. Segundo Ruffiot, a fantasmática familiar inconsciente seria como um sonho, quando a libido se manifestaria circulando de um membro a outro, sem limites, em uma fusão dos psiquismos individuais, como se os corpos individualizados não existissem. Um retorno ao *id*, mas um *id* familiar (EIGUER, 1985)

Em uma perspectiva intersubjetiva, Kaës (2014) ocupou um lugar relevante ao desenvolver conceitos, que permitem pensar o apoio grupal do psiquismo, constituído pelos vínculos na intermediação entre os espaços intrasubjetivo e transubjetivo. Segundo o autor, o aparelho psíquico grupal é constituído por processos e formações psíquicas individuais e pela cultura na qual o grupo está inserido. Kaës (2014) ressalta que a construção dos vínculos é apoiada em alianças inconscientes e propõe que, essas alianças são formações intermediárias de uma aparelhagem psíquica compartilhada

entre os indivíduos de um conjunto intersubjetivo. Segundo o autor, as alianças inconscientes primárias estão no princípio de todas as relações: mãe-bebê, casal, família, relações entre gerações e relações grupais, fundamentando a vida psíquica na intersubjetividade. Para Kaës, os interesses e compromissos comuns estão implicados nas alianças inconscientes, para manutenção da união do grupo e prolongamento dos vínculos.

Seguindo a linha da intersubjetividade, Eiguer (1985) desenvolve a idéia das relações familiares fundamentadas em três organizadores psíquicos. O primeiro organizador refere-se à escolha do parceiro, inaugurando o mundo dos objetos inconscientes do casal e da família, e que propõe o primeiro modelo de vínculo objetal. Segundo o autor, é o Édipo de cada parceiro que intervém nesse organizador e são os objetos parentais interiorizados, que constituem o núcleo do inconsciente. Pelo jogo do amor intenso e incestuoso, a família prepara o sujeito para procurar relações amorosas fora do grupo familiar, permitindo a ampliação de intercâmbios sociais e culturais. Para o indivíduo, a escolha do objeto sexual permite uma saída para o complexo de Édipo e a proibição do incesto.

O segundo organizador – o eu familiar – é o investimento perceptual de cada membro do grupo familiar, que permite reconhecê-lo como uma continuidade, em uma dimensão de espaço e de tempo. Esse organizador é dividido em três sub-organizadores: o sentimento de pertença, o habitat interior e o ideal de ego familiar.

O primeiro sub-organizador, o sentimento de pertença, traduz o amor dedicado à família, envolve o conjunto de sentimentos, que cada membro da família vivencia em relação ao grupo total, remetendo à identidade familiar: uma sensação de proximidade, de ser considerado e tratado de forma diferente do que ocorre em outros grupos, que não a família. Possuir um passado comum e uma intercomunicação conhecida e identificada àquele grupo, também constituem marcas importantes para o pertencimento. Os mitos relativos às histórias familiares.

O segundo sub-organizador, o *habitat* interior, foi primeiramente ressaltado por Berenstein como uma “pele” real e fantasmática da família. Para Eiguer (1985), os corpos individuais não compõem uma unidade corporal, ficando à mercê da fantasia de desmembramento. Para aliviar esse temor, a família tenta investir em um lugar geográfico real, que lhe dê continência: a casa da família. Dessa forma, o modo de

organizar o *habitat* permite marcar, no inconsciente grupal, os traços da memória desse lar, formando a base do reconhecimento grupal e intimista.

O terceiro sub-organizador corresponde ao ideal do ego familiar: o encontro entre os ideais pessoais dos membros da família. Enquanto os dois sub-organizadores – pertença e *habitat* – têm uma base no passado, o ideal de ego remete ao futuro. No psiquismo individual, há uma tendência de associar o ideal de ego ao superego, uma função repressiva dos pais. Freud em *Novas Conferências* (1932) propõe separar o superego do ideal de ego, definindo esse último como um lugar de desejos dos pais e de suas imagens idealizadas, como um objetivo a ser atingido pelo indivíduo. A aplicação dessa noção, ao psiquismo grupal, supõe o encontro dos ideais pessoais dos membros da família, em um projeto de progresso social, cultural e educacional. Constitui também os projetos idealizados pelos pais em relação aos filhos em idade adulta, em relação a casamento e profissão. O ideal de ego familiar possui uma função reguladora, à medida que organiza um plano e torna possível o meio disponível para atingi-lo.

Por último, o terceiro organizador, a interfantasmática, é formado pelas fantasias individuais reunidas no grupo familiar. Afirma Eguier:

“Desejos convergentes, jogo combinatório que, é mais do que uma adição pura e simples, é a criação de um espaço transicional de intercâmbios, de humor, de criatividade, de relatos referentes à própria história de cada um e de seus ancestrais” (EIGUER, 1985, p.45).

Acerca da importância da interfantasmática na circulação de conteúdos psíquicos, Magalhães & Féres-Carneiro (2005) explicam:

“...a atividade interfantasmática pode ser estimulada na conjugalidade, propiciando a reestruturação da subjetividade dos parceiros, por sua característica de intermediação transicional, operando na fronteira dos “eus” dos parceiros que se interpenetram” (p.28).

Paralelamente, na Argentina, foi sendo consolidada a Psicanálise das Configurações Vinculares, abordando questões importantes para a psicoterapia de grupo. Janine Puget, Isidoro Berenstein e Maria Cristina Roja estão entre os autores mais significativos.

Segundo Berenstein (2001), a psicanálise, a partir dos valores contemporâneos, passou a integrar contribuições sobre os grupos, as instituições e seus vínculos. As

fronteiras do individual ao vincular passaram a ser ampliadas, colocando a idéia de uma subjetividade em constante movimento de significados, valores e ideais. A subjetividade passou a ser demarcada pelo sentimento de pertencimento do grupo familiar e pelo atravessamento dos movimentos sociais. Um processo construtivo em que o sujeito e a cultura estão sempre presentes.

Ancorados em Kaës e diante da necessidade de diferenciar o espaço subjetivo, advindo do próprio sujeito, do grupo familiar e do social, Puget e Berenstein (2001) propõem três espaços constituintes do sentimento de pertença.

O espaço intrasubjetivo em que se circunscrevem os sonhos, as fantasias e as imagens do sujeito e onde o outro não tem presença para seu funcionamento. O espaço intersubjetivo, marcado pela intimidade de um eu na relação com outros em situação de aproximação e intimidade, em intercâmbios de sentimentos. Por fim, o espaço transubjetivo referido ao mundo sócio-cultural através das relações com diferentes representantes da sociedade, como valores, ideologias e histórias.

Vale ressaltar que, as postulações teóricas da escola argentina sobre as relações vinculares consideram a dimensão transubjetiva, a partir do social e dos vínculos horizontais do mundo real. A escola francesa, no entanto, compreende a dimensão transubjetiva no contexto transgeracional, valorizando tudo o que se inscreve no eixo da verticalidade, transmitido pelas gerações.

Comprendemos, portanto, que as bases teóricas oferecidas pelas abordagens da Psicanálise dos Grupálicos Franceses e pela Psicanálise das Configurações Vinculares constituem um campo importante para compreensão da formação da subjetividade grupal. Os fios que perpassam os espaços intra-inter-transubjetivos criam a textura afetiva, que compõem a trama singular que cada família tem para viver e se emocionar.

2.2

Fronteiras e limites: visão sistêmica

A terapia familiar desenvolveu-se nos anos 1950 nos Estados Unidos com uma mudança de paradigma do pensamento analítico para o pensamento sistêmico. Este movimento trouxe a contribuição de outras áreas da ciência como a Teoria Geral dos Sistemas, a Cibernética e a Teoria da Comunicação. Com esta mudança de paradigma foi construído um novo olhar para a doença mental, onde o sintoma passou a ser percebido dentro do contexto em que está inserido. O paciente identificado, portador do

sintoma, é um dos elos de uma cadeia interativa disfuncional, sendo que a disfuncionalidade deve-se a movimentos homeostáticos, que o sistema coloca em fluxo para sua manutenção.

A partir do enfoque sistêmico, vários modelos de terapia familiar se desenvolveram com base em diferentes escolas, dentre elas a estrutural de Minuchin, a estratégica de Palo Alto, a transgeracional de Bowen e a narrativa de White. Mesmo com alguns pontos conceituais diferenciados, todas essas escolas enfatizam a idéia da necessidade de reorganização dos padrões comunicacionais entre os membros da família. Na terapia familiar sistêmica, o passado não é valorizado, na medida em que só as experiências do presente podem provocar mudanças no sistema familiar.

No presente estudo, abordaremos os conceitos de limites e fronteiras, a partir da escola estrutural de Minuchin (1998). Para este autor, os componentes essenciais são assim descritos: estrutura, subsistemas e fronteiras.

Como estrutura, o autor define um conjunto de padrões organizados com que os membros interagem. Esses padrões repetidos determinam como, quando e com quem os membros se relacionam. A estrutura familiar determina, muitas vezes, as regras veladas que imperam nas relações familiares.

As famílias também são diferenciadas em subsistemas entre seus membros e em várias funções. Cada sujeito é um subsistema e as díades compõem outros subsistemas, determinados por gerações ou interesses comuns. Todo membro de uma família desempenha muitos papéis em vários subgrupos.

Os indivíduos, os subsistemas e as famílias, como um todo, são demarcados por fronteiras interpessoais, limites invisíveis que envolvem os sujeitos e os subsistemas, regulando a quantidade de contato com os outros. As fronteiras servem para proteger a autonomia das famílias e de seus subsistemas, lidando com a proximidade e a hierarquia. Segundo a teoria estrutural, os subsistemas que não possuem uma adequação, que promova o desenvolvimento das habilidades interpessoais, irão dificultar os relacionamentos de seus membros nas relações fora da família. Os terapeutas estruturais acreditam que o realinhamento das fronteiras envolvidas na dinâmica familiar pode aumentar a proximidade ou a distância entre os subsistemas. Os subsistemas aglutinados possuem maior apoio mútuo e menos independência e

autonomia, enquanto as fronteiras muito rígidas permitem pouco contato com subsistemas externos, resultando em distanciamento, tornando seus membros isolados e autônomos.

Na visão da terapia estrutural, o papel do terapeuta é ajudar na transformação do sistema familiar, desempenhando com clareza seu papel de líder e direcionando as intervenções necessárias para criar circunstâncias, que permitam a transformação das estruturas. Técnicas como delimitação de fronteiras e prescrição de tarefas revelam a primazia da ação sobre a interpretação.

Minuchin (1998) desenvolveu sua técnica enquanto trabalhava com famílias disfuncionais de guetos urbanos. Desenvolveu técnicas de aproximação com essas famílias e para mudá-las desenvolveu técnicas de reestruturação. É, portanto, uma terapia de ação, do aqui e do agora, designada para alterar a estrutura básica subjacente a essas interações. Até hoje, a perspectiva técnica da teoria estrutural de família ainda permanece amplamente usada, como forma de se compreender o que acontece na estrutura dinâmica familiar.

É na possibilidade de articulação das contribuições psicanalíticas e sistêmicas, que pretendemos analisar a formação da subjetividade grupal familiar, com seus emaranhados e suas fronteiras, o fora e o dentro dos territórios íntimos e coletivos, no espaço da casa como continente do grupo familiar.

Deligny (2015), em seus estudos e trabalhos com crianças autistas, usou a imagem da jangada para evocar o que está em jogo na relação entre o que pode passar, quando não retemos e nem excluímos o pensamento. Diz o autor:

“Uma jangada, você sabe como é feita: existem os troncos de madeira ligados entre eles de maneira suficientemente frouxa, de forma que quando as montanhas de água colidem, a água passa através dos troncos afastados. É assim que uma jangada não é uma embarcação. Dito de outra forma: nós não retemos as questões” (GIROTTI, 2015, p.10).

Seguindo essa linha de pensamento, Bland (2009) ressalta que, na prática há uma tensão entre manter os modelos e resguardar as diferenças entre as teorias psicanalíticas e sistêmicas, e o desejo de clareza e simplicidade; como uma sensação de ancoragem definitiva no “mar clínico”.

Ao final desse capítulo, pretendemos ressaltar a importância da articulação entre as teorias psicanalíticas e sistêmicas. Na imagem da jangada, a importância está na forma de amarrar a embarcação, suficientemente forte para se manter, mas frouxa para

permitir a movimentação das tábuas. Uma idéia de flexibilidade e firmeza para que haja movimento. Sem pasteurizar os conceitos das duas visões teóricas, é possível haver uma articulação coerente e séria, à medida que o terapeuta perceba o que pode ser melhor para a família. Um espaço construído entre o intra e o intersíquico de pacientes e terapeutas, que permita o vir a ser e o inacabado para constituição de um campo de potência no trabalho psicoterápico.

3

Transformações da subjetividade, conjugalidade e parentalidade na família contemporânea

3.1

Processos de subjetivação na sociedade e as transformações na família

A sociedade moderna estruturou-se como imaginário do dever e do homogêneo. Cada sujeito precisava corresponder a um imperativo moral dominante, mesmo em seu espaço privado da casa e da família. Com a queda de uma moral rigorosa, que exigia sacrifício e negação do prazer, o “crepúsculo do dever” (LIPOVETSKY, 2005) dá lugar a possibilidades mais fluidas, que não cabem mais nas medidas rígidas anteriores. Tudo se move e flui. A modernidade escorre para a pós-modernidade. O autor traz o conceito de “hipermodernidade”, como um tempo de excessos, até de vazio, que gera mais liberdade, mas também, mais angústias e novas expectativas. Segundo Lipovetsky, a corrosão do império moral, ainda hoje entendida, por muitos, como decadência, pode ser um sinal de libertação. Com a desmontagem da engrenagem anterior o medo é gerado, mas há também uma convocação para um rearranjo da estrutura social.

Lipovetsky (2005) ressalta a idéia de personalização como uma supervalorização da personalidade do sujeito, que por não ser mais submetido às regras sociais, responde freneticamente a um estímulo de ser ele mesmo, com direito a aproveitar a vida, em detrimento das relações com o outro e com a sociedade. Segundo o autor, na sociedade contemporânea há o predomínio do sentimento de repetição em que o novo é acolhido do mesmo modo que o velho, em um processo de pasteurização, que muitas vezes banaliza a inovação. Enquanto na sociedade moderna acreditava-se no futuro, na ciência e na técnica, na sociedade pós-moderna não se acredita mais no amanhã revolucionário, pois até a idéia de revolucionário desapareceu pelo excesso de homogeneização. Os desejos individualistas passaram a ter mais valor que os desejos e interesses de classes, enfraquecendo os movimentos sociais e a vida coletiva. Hoje, cada vez mais os sujeitos buscam seus nichos específicos, seus pares idênticos que estejam de acordo com seus próprios interesses, o que fortalece a visão pessoal em detrimento do social. Certo narcisismo coletivo, em que a prevalência entre semelhantes com os mesmos interesses, constitui o sentido de existência.

Maffessoli (2010) aponta que toda vez que uma forma de vínculo social se satura, outra (re) nasce, em meio ao medo, principalmente pela lógica da moral que tende a estabelecer o antigo como certo. O autor ressalta que quando um ciclo marcado por uma razão soberana chega ao fim, outro emerge por um mecanismo de compensação social e aos poucos, a heterogeneidade e o sentimento de pertencimento retornam a seus lugares. É o caso das “tribos pós-modernas”: os grupos de jovens que têm em seus *piercings*, tatuagens diversas, curiosos rituais e músicas barulhentas, que hoje cumprem o papel da compensação a uma sociedade, que se homogeneizou e se racionalizou em excesso. Maffessoli reconhece que essa nova forma de estar junto é muitas vezes desconectada e afirma:

“Sabemos que o ‘tédio nasceu da uniformidade’. A intensidade de ser se perde quando a domesticação se generaliza” (MAFESSOLI, 2010, p. 37).

Nesse contexto, percebemos que a sociedade atual possibilita o surgimento da identidade e da autonomia do sujeito, mas ele ainda necessita do olhar de outros para constituir sua subjetividade, o que deve ser assegurada pelo grupo familiar, idéia inversa ao que o termo individualismo leva-nos a pensar. As noções de auto-contenção e autonomia trouxeram para as relações familiares a idéia de dependência como fraqueza ou falha de personalidade.

As configurações familiares mudaram e, portanto, novas e variadas formas do processo de subjetivação estão sendo produzidas pelas transformações históricas e sociais. Na segunda metade do século XX, a família hierárquica, organizada em torno do poder patriarcal, cedeu lugar a um modelo de família, onde as relações democráticas passaram a ter a marca da equidade entre seus membros. Um novo desenho foi traçado em que a verticalidade passou a dar lugar à horizontalidade, permitindo novos arranjos familiares pautados na liberdade de escolhas. Se o pátrio poder foi abalado, supõem-se que houve também um deslocamento dos lugares ocupados pelas mulheres, trazendo mudanças significativas para dentro das famílias. Com o ingresso no mercado de trabalho, as mulheres tiveram mais oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional. Com maior escolaridade e autonomia financeira, elas também puderam arriscar um pouco mais em suas escolhas amorosas e a decisão sobre a maternidade ganhou mais flexibilidade. Algumas mulheres passaram a retardar esse momento, enquanto outras não desenvolveram o desejo de serem mães. Se na família hierárquica a

função moral era um fator predominante, na família da atualidade o afeto passou a ser base de sua constituição. Essa transformação colocou as novas configurações familiares em evidência, muitas vezes percebidas como responsáveis pelas crises da sociedade e entregues às mais diversas catástrofes humanas. Roudinesco (2003) coloca em perspectiva esse aspecto, ressaltando que durante séculos, a família ocidental foi baseada na soberania do pai e que, a partir de seu declínio, não só as mulheres puderam afirmar sua diferença, como as crianças passaram a ser olhadas como sujeitos. Nos movimentos familiares de se fazerem e se desfazerem, a relação entre os irmãos também ganhou mais evidência como alianças de afeto e cumplicidade, tornando a fratria mais concordante com os valores democráticos da sociedade contemporânea.

Singly (2007) afirma que com a focalização nos sujeitos e o processo de independência da família em relação aos parentes e vizinhança trouxeram maior porosidade a algumas instâncias sociais. O autor aponta que o papel do Estado tornou-se um elemento da vida doméstica, garantindo certas condições de funcionamento à intimidade familiar. A família passou a ser vigiada e regras foram criadas para limitar a dinâmica familiar e social colocando o grupo familiar mais exposto. A parentalidade e a conjugalidade ficaram mais visíveis e a respeitabilidade nessas relações passou a não ser definida pelo lugar de quem o ocupa, mas pela competência e responsabilidade de cada sujeito envolvido no convívio. Leis como a “Lei Maria da Penha”, de 2006, que visa a proteger a mulher contra violência doméstica e familiar e a “Lei da palmada”, de 2014, proibindo castigos físicos às crianças e adolescentes pelos pais ou responsáveis mostram que a privatização incontestável da família atual é, de alguma forma, uma ilusão porque é acompanhada de forte ação do Estado e suas instituições.

Seguindo essa linha de pensamento, uma característica relevante da família atual é que sua constituição não é definida pela rigidez dos lugares de seus membros, mas pelo afeto que concilia a pertença comum, ao mesmo tempo em que resguarda a singularidade de cada um. A fluidez institucional encontra a incerteza, que pode representar uma positividade na invenção de organizações familiares, sem um conceito pré-concebido de um único modelo. Outros aspectos importantes a serem ressaltados são a urbanização da sociedade e o crescimento dos meios de comunicação, que trouxeram mais libertação às regras dos meios mais próximos, diminuindo o sentimento de comunidade, inclusive familiar. Nesse sentido, percebemos que as

relações familiares modificaram-se, passando por um retraimento do sentimento daquilo que é coletivo e um aumento do fortalecimento do individualismo. A forma de ser, sentir e pensar de cada um prevalece sobre a consciência do pertencimento grupal (SINGLY, 2000).

Uma produção de subjetividades passou a ser limitada à prática de cooperação, empenhadas em reduzir contatos com as diferenças, sejam de natureza política, religiosa, racial ou étnica (SENETT, 2012). O autor ressalta que o desejo de neutralizar toda a diferença decorre de uma angústia em relação ao que é diferente, mas coerente com o pensamento globalizado da cultura de consumo, evidente na arquitetura, no vestuário e nas tendências alimentares. O resultado dessa pasteurização é o enfraquecimento do impulso de cooperar com aqueles que se mantêm como Outros. Afirma Senett:

“...a cooperação é uma habilidade que precisamos na vida cotidiana e que está relacionada as maneiras como as pessoas modelam o empenho pessoal, as relações sociais e o ambiente físico, requerendo uma capacidade de se mostrar receptivo ao outro para agir em conjunto”(SENETT, 2012, p.10).

O autor leva-nos a entender como os indivíduos e grupos constroem o sentido social e cultural, sobretudo, do ponto de vista da cidade em que vivem e sobre o trabalho que desenvolvem. A lógica da robótica, como exemplo, trouxe o trabalho em curto prazo, tornando os contatos sociais mais superficiais e gerando ansiedade a respeito do Outro. Para o autor, estamos perdendo as habilidades de cooperação necessárias para o funcionamento de uma sociedade complexa e que, essa capacidade está enraizada nas etapas mais iniciais do desenvolvimento humano, não desaparecendo na vida adulta. São equipamentos psíquicos fundamentais, mas que correm o risco de serem desperdiçados pelo modo atual de organização social.

3.2

Conjugalidade e parentalidade na contemporaneidade

Na direção do individualismo e na evolução histórica da família, Singly (2007) distingue fundamentalmente dois períodos. A “primeira modernidade”, que compreende a segunda metade do século XIX até os anos 1960, tendo como marca o “individualismo igualitário”. A “segunda modernidade”, localizada a partir desse período até a

atualidade, caracteriza-se pelo “individualismo relacional”, marcada pela singularidade do individualismo no período Romântico. A importância desse entendimento abre caminho para uma melhor compreensão da intimidade na contemporaneidade, na medida em que o individualismo depende do outro para a legitimação do eu, ou seja, um eu autêntico. Segundo o autor, com o nascimento da chamada “segunda modernidade”, alguns movimentos sociais, como emancipação e maior escolarização feminina, aceitação social do divórcio, do declínio da instituição do casamento e da baixa taxa de fecundidade indicaram a compreensão sobre o surgimento de novos modelos familiares. Esse pluralismo familiar também pode ser entendido pelas transformações das relações de gênero e pela importância dos sentimentos e das escolhas individuais. O indivíduo não se define mais pelos laços familiares, como seu sobrenome ou papel social, uma vez que, é ele quem escolhe e constrói os próprios vínculos com seus pares.

O ideal do amor romântico no século XIX foi um dos propulsores a um ideal de casamento, baseado na completude e felicidade. A ideia de um amor eterno, com expectativas de relacionamentos estáveis, foi se modificando, alinhada às transformações sociais (GIDDENS, 1993). Face a um cenário social que apresenta múltiplas configurações familiares, a transformação da intimidade assume uma posição de destaque na atualidade. Na época atual, os ideais do amor romântico tendem a se enfraquecer frente a emancipação e autonomia sexual feminina. Os laços conjugais na contemporaneidade constituem-se pelo compromisso compartilhado e com mais possibilidade e liberdade de serem rompidos. A primazia da intimidade implica no sentimento de amor como principal motivo que une os laços amorosos. Segundo Giddens, os relacionamentos afetivos na contemporaneidade são pautados, no que o autor denomina de “amor confluyente”, um relacionamento puro, privilegiado pelo casal, enquanto houver o desejo, a satisfação e o prazer de ambos de estarem juntos. A valorização do eu coloca as parcerias e negociações como protagonistas do *script* conjugal, ao mesmo tempo em que conduz a desafios, não muito fáceis de serem manejados.

“O amor confluyente pela primeira vez introduz a ‘ars erótica’ no cerne do relacionamento conjugal e transforma a realização do prazer sexual recíproco em um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento”. (GIDDENS, 1993, p. 73)

Dessa forma, a conjugalidade no contexto da contemporaneidade é mais suscetível a atravessamentos psicológicos com base inconscientes específicas para

originar uma identidade conjugal (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2005). Na medida em que a busca pela autonomia individual prevalece, maiores as possibilidades de o vínculo conjugal fragilizar-se pela necessidade de negociação e o reconhecimento da alteridade. Segundo as autoras, o laço conjugal tem em seu entorno a influência das famílias de origem, levando-se em conta a forma como o casal construiu as fronteiras para construção da conjugalidade.

O casal conjugal e o parental estão presentes nos vínculos do grupo familiar, com repercussões de um sobre o outro. A velocidade com que as mudanças são operadas coloca em risco os vínculos da ordem familiar, profissional e social, que retornam para a dinâmica do grupo familiar. A diversidade da conjugalidade trouxe a diversidade da parentalidade, não ficando mais restrita aos aspectos biológicos.

Como unidade psicossocial, a família tem como funções: proteção, desenvolvimento psico-afetivo, transmissão de uma cultura, ideais e valores simbólicos, criação do sentimento de pertencimento e identidade, elaboração e transformação da transmissão psíquica geracional (CORREA, 2013). Dentre a variedade de agrupamentos familiares, o vínculo é o fio condutor que perpassa os respectivos cônjuges, chegam às famílias de origem, através da filiação (eixo vertical) ou pela afiliação (eixo horizontal). As relações vinculares têm um valor fundamental que liga os integrantes de um grupo familiar; vínculos intersubjetivos assegurados pelo casal parental e conjugal, para estruturação da subjetividade de cada um dos membros da família e promovendo a constituição das identificações.

A família muda seu estatuto, tornando-se um espaço mais relacional, oscilando entre o fato de experimentar junta a liberdade, mas deixando de apreciar a dimensão coletiva, participativa e colaborativa. Há um movimento gradual de interiorização da família com o incentivo à vida privada e à intimidade doméstica. A cultura da individualização atravessou a sociedade contemporânea e chegou às moradias, como a proliferação de construções de condomínios fechados, onde a idéia de segurança e controle afasta o social e toda a experiência possível de contato (SAFATLE, 2015). Segundo o autor, as singularidades deixam de existir e tudo deve ser civilizado, formando modelos de exclusão. O Eu é apartado do Outro; a diferença precisa ser preservada e afastada, pois proximidade pode representar um ameaça à segurança garantida pela homogeneidade. O isolamento do ser social dá lugar à valorização do ser individual.

Com a redução dedicada ao convívio com o coletivo, ampliam-se nas moradias os quartos particulares e o isolamento dos familiares no interior da casa. A vida coletiva, antes caracterizada pela vida urbana, extingue-se e os sujeitos isolam-se cada vez mais na intimidade do lar. Nesse sentido, as mudanças em todo quadro social entram nos espaços privados da casa, possibilitando a construção de novos processos de subjetivação.

As organizações familiares têm aumentado significativamente, na mesma proporção que os desafios teórico-clínicos para a terapia familiar. Muitas questões indicam que a organização social e cultural está em transição e a família como instituição é uma conquista cultural com dimensões histórico-social, como procuramos mostrar no decorrer desse estudo. Sem tecer juízo de valor, pretendemos analisar o impacto dessas transformações na constituição da subjetividade nos espaços de moradia onde operam os laços familiares.

4

Casa e o corpo familiar

4.1

Espaços de moradia

A constituição da família foi um processo lento e repleto de meandros, tendo se iniciado na segunda metade do século XVIII e se consolidado apenas no século XIX (ÀRIES, 1986). Segundo o autor, a dicotomia das esferas público-privada no contexto familiar só foi possível a partir da construção da ideia de intimidade no final do séc. XVII, no emergir da família burguesa, organizada e fechada no espaço privado. Intimidade e privacidade são, portanto, indissociáveis do contexto histórico-social da família, à medida que ambas são produtos da modernidade.

Nos palácios como nos casebres, a promiscuidade dificultava a eclosão do sentimento familiar moderno. Os pobres sempre que podiam, viviam mais fora de suas casas e os pais separavam-se dos filhos a partir da adolescência, para que fossem servir às moradias dos ricos, que viviam atravancados de criados e visitas, impedindo-os de viver na intimidade (CERVENY, 2007). A organização interna das casas nobres ou burguesas começou a revelar uma busca pelo conforto e intimidade. Segundo Cervený, havia compartimentos nas moradias sem funções precisas: no lugar de dormir também se comia, recebiam-se visitas e os criados não se intimidavam em intervir nas conversas dos patrões e seus amigos. A grande maioria dos lares urbanos dos séculos XVII e XVIII não dispunham de mais de dois compartimentos, servindo tanto para habitação, como para atividade profissional. Em tais condições, os pais desembarçavam-se dos filhos ou viviam com eles uma promiscuidade insuportável. Geralmente, os mais novos ficavam com as amas e os adolescentes passavam o dia na escola ou na rua e só entravam em casa para dormir. Àries (1986) referindo-se a gravuras, pinturas e documentos dessa época afirma:

“É como se todos tivessem saído de casa em vez de ficarem dentro dela; há cenas de ruas e até mercados, de jogos e de ofício, de armas e de aulas, de igreja ou de suplícios. Nas ruas e nos campos, no exterior, em público, no meio de uma coletividade numerosa - era aí que se tendiam a situar os acontecimentos ou as pessoas que desejavam retratar (ÀRIES, 1986, p. 272).

No século XVIII, a privacidade da família acompanhou a privatização da propriedade e da apropriação do produto do trabalho. A família passou a ser conjugal, a casa repartiu-se em cômodos definidos, separando os lugares comuns e os privativos, os dos donos e dos serviçais, os quartos dos pais e o dos filhos, a valorização do pudor, da limpeza, do isolamento delineando-se um conjunto de ideias, costumes e valores.

No século XIX, a casa passou a ser assunto de família, o lugar de sua existência e seu ponto de encontro. Encarnava a ambição do casal e a figura de seu sucesso. Ter seu lar era o meio e a marca da autonomia (PERROT, 2009). Segundo a autora, até nos asilos os velhos tendiam a reconstituir um canto que lhes fosse próprio. Farrapos, velharias e objetos que não tinham outro mérito, exceto o de lhes pertencer em uma espécie de lar, para não ser composto pelas vestes e móveis do estabelecimento. O desejo de um canto para si expressava um crescente sentimento de individualidade do corpo.

Apartir da segunda metade do século XX, o ambiente doméstico passou a ser reflexo do crescimento da sociedade urbana, tal como aconteceu no processo de privacidade da família moderna (PROUST, 2009). O autor destaca que a intervenção das políticas públicas ligadas à habitação incentivou, não só a ampliação das moradias, mas também permitiu o surgimento de equipamentos e utensílios que viriam a ser reivindicados pelas famílias. Com uma maior exigência no que tange à privacidade e à ampliação do espaço doméstico, o individualismo revelou-se no interior da organização familiar.

“Cria-se uma nova configuração do espaço doméstico: o direito de cada membro da família a sua própria vida privada. Assim, a vida privada se desdobra: dentro da vida privada familiar; aparece o individual” (PROUST, 2009, p.59).

O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa ditou a arquitetura das residências, valorizando a intimidade e resultando no processo de privacidade das famílias. As novas organizações familiares necessitaram que a preservação da individualidade, seus hábitos e as condições de vida lhes fossem asseguradas nos espaços de moradia. A casa, como a conhecemos hoje, é um modo de habitação recente na história da humanidade. É possível constatar que, o tamanho, a estrutura, a função da família, e as relações entre seus membros vêm-se alterando profundamente nas últimas

décadas. Ao final do século XX e início do século XXI, a informatização tem sido uma das peças-chave na análise dos modos de vida da sociedade atual. Até meados do século XX, famílias inteiras sentavam-se à frente do rádio e, tempos depois, à frente da televisão para ouvirem e verem seus programas. Atualmente, essa realidade modificou-se devido às possibilidades de interação com o mundo externo, trazidas pela internet. A reclusão aos quartos com um televisor ou um computador, fez com que os membros da família passassem a não se relacionarem entre si, mesmo estando presentes: estão conectados aos meios e, não, uns aos outros.

Ademais, podemos perceber os aspectos abrangentes dos afetos de pertencimento e apropriação na relação família e moradia dentro de um contexto histórico, o que nos possibilita entender a casa como um espaço de convívio familiar e social. A construção do processo de subjetividade - uma nova forma de viver e perceber o mundo - é modificada à medida que mudam as bases históricas e sociais que lhe dão sustentação.

4.2

O corpo e o grupo familiar: organizadores da casa

A ideia de uma projeção da imagem do corpo sobre o *habitat*, organizado a partir dessa imagem, pode ser entendida tanto pela Psicologia como pelo Urbanismo, que vem mostrando como as cidades parecem ter sido construídas a partir do modelo de corpo e de suas funções, como se os habitantes tivessem projetado suas próprias representações. No interior das casas, as atividades desenvolvem-se em lugares mais ou menos precisos, que se religam a determinadas funções físicas: alimentação, excreção, repouso. Nas últimas décadas do século XX, os apartamentos nas cidades apresentam, em sua disposição, o aumento da intimidade dos membros das famílias. Os setores de atividades diurnas, como a sala de estar e a cozinha estão mais próximas à entrada e os setores de atividades noturnas, banheiros e quartos estão mais afastados.

Segundo Eiguer (2004), há uma analogia entre o modo de funcionamento da casa e o que vivemos no interior de nós mesmos, conjugando a representação do corpo com o psiquismo familiar. O autor ressalta que nos sonhos a casa representa o corpo do sonhador. O teto e o sótão evocam a cabeça, o pensamento ou a aspiração em direção a um ideal. O porão revela as periferias do psiquismo e suas profundezas arcaicas, temidas e enigmáticas, onde o *self* se enraíza. As janelas são os olhos e as portas, a

boca. Para a abordagem psicanalítica, o centro vital da casa é certamente o quarto do casal, de onde provêm todos os outros investimentos.

Recriamos no *habitat* o contorno de nosso psiquismo, tendo a representação de corpo e de nosso ser; como um lugar onde a experiência de vida se torne possível. Uma imagem mais próxima de nosso corpo inclui-se nas dimensões entre os corpos e entre os espaços. Na análise de Berenstein (1988), cada família concebe seu espaço de forma singular e esta dimensão pode fornecer dados sobre a organização inconsciente do grupo. Os espaços particulares e coletivos são determinados pelo sistema de relações inconsciente e que une os indivíduos. Nesse sentido, o espaço pode ser considerado como uma linguagem e uma dimensão, nas quais se cristalizam as relações familiares e os mecanismos de produção das relações entre seus membros. De acordo com o autor, os fatores localização e distância devem ser considerados como representação inconsciente do próprio corpo em relação ao corpo dos outros. Em famílias, é comum encontrarmos lugares fixos à mesa e à distância variável dos demais membros do grupo. Cada membro de um casal, habitualmente, ocupa o mesmo lado da cama, fixando no espaço a representação de seu corpo em relação ao corpo do outro. Berenstein ressalta também, que as diferenças culturais também marcam as distâncias diferenciadas e toleradas pelos membros da família. A significação da distância, que regula o intercâmbio entre os membros de um grupo familiar, corresponde às suas particularidades inconscientes, em que uma distância espacial pode ser uma representação da distância afetiva. Cada sujeito só pode ter a noção de outro se tiver uma boa representação de seu próprio corpo, uma dimensão dos graus de proximidade entre o “eu” e o outro.

Eiguer (2004) afirma que as representações inconscientes do corpo são expressões das pulsões em nível de processos psíquicos que dão vida, tensão e prazer em uma percepção de corporeidade: uma espécie de composição de “colorido” do sujeito. Essas representações têm via dupla com uma representação interna sobre algo que vem do exterior, mas que ganha sentido porque é internamente conhecido pelo sujeito. Essas representações psíquicas ganham corporeidade, densidade afetiva e dão coerência entre espaços internos e externos. A imagem corporal que cada um constrói sobre si mesmo é dada integração desses aspectos.

Através dessa imagem é que, mais tarde são possíveis a projeção e a organização da casa, enquanto espaço físico e a introjeção da própria casa pelos membros da família, diferindo para cada um deles, na medida em que também diferem as representações internas de cada um com seu próprio corpo. A casa é uma forma de estrutura, de verticalidade e de solidez, oferecendo ao inconsciente um inter-funcionamento com o espaço físico. A partir da dimensão grupal da casa, cada membro de uma família vai combinar suas interações, refletindo o que cada um é em termos individuais, mas dentro de um grupo. Uma forma de funcionamento interior que reflete os corpos individuais, mas que dá origem ao corpo familiar.

A unidade familiar coincide com a casa familiar, como força e consistência. Eiguer (1985) desenvolveu a noção de organizador inconsciente do grupo familiar, como uma organização coletiva, para a qual contribuem os psiquismos pessoais em um jogo de representações psíquicas de cada grupo familiar. Segundo o autor, a família torna-se família pela representação inconsciente que cada membro tem desse grupo, em seu próprio psiquismo. Os organizadores inconscientes propostos pelo autor são: (1) a escolha do par amoroso, (2) o si familiar com seus três aspectos, a saber, o *habitat* interior, o sentimento de pertença e o ideal de ego e (3) a interfantasmática, isto é, as fantasias compartilhadas que podem ser, tanto fonte de conflito quanto de criatividade. Nesse estudo, privilegamos o segundo organizador.

Eiguer assinala que foi I. Berenstein quem primeiro destacou o interesse do *habitat* como “pele” real e fantasmática da família. Um grupo composto por sujeitos sem uma unidade corporal é permanentemente ameaçado pelo desmembramento e pelo medo que cada um retire seu investimento no coletivo. Como alívio desse temor, a família tenta investir em um lugar físico que a contenha: o lar, a casa familiar. A organização desse espaço marca as memórias desse lar. O *habitat* interior se “edifica” no interior do inconsciente grupal e a família sente-se mais contida. O *habitat* exterior pelas marcas deixadas no *habitat* interior, torna-se fonte de continência, como é a pele psíquica para o sujeito. O *habitat* real é testemunha das histórias vividas pelo grupo familiar. As paredes, as escolhas do estilo, a disposição de objetos e móveis são carregados de afetividade e de sentido para cada família que habita aquele local. Podemos notar esse aspecto quando há morte ou separações, em que as perdas deixam marcas sobre os objetos por onde se passou a história dos sujeitos.

A casa também opera como um continente para a trama intersubjetiva familiar, servindo de base para os vínculos familiares, que estão relacionados à capacidade de contenção de afetos intoleráveis ao “eu”, mas projetados no grupo familiar. Assim, a representação sólida e externa de uma casa cumpre também a função de ser consistente na representação do psiquismo dos membros da família.

O sentimento de pertencimento e o *habitat* têm uma base comum que é o passado, as histórias vivenciadas e narradas pelo grupo familiar. Segundo Eiguer (1985), o ideal de ego representa o futuro, encontro de ideias pessoais dos membros da família, mas com espaços para as ideias de ego de cada um. Um projeto de progresso social, cultural, educacional para a família que permite realizações pessoais a seus membros.

A construção da subjetividade é sempre um encontro com o outro e o espaço da moradia favorece esse investimento de alteridade e, principalmente, na ideia de que somos vinculados a esse outro. Essa relação permite criar condições para um interesse que vá além de nós mesmos, um interesse na grupalidade e no coletivo.

Na clínica com casais e famílias a técnica “a planta da casa” traduz o conjunto dessas representações inconscientes ilustradas pela ocupação do espaço compartilhado no local de moradia da família. Essa expressão plástica permite ao terapeuta e à família perceber no espaço vivido – distribuição dos cômodos, acomodação e uso – a projeção inconsciente do espaço psíquico individual e familiar, além da genealogia dos vínculos psíquicos.

A casa traz representações de memórias vividas, de objetos e de gestos feitos por outros, dando-nos vida e representação simbólica. Os conteúdos da casa têm ligações com o inconsciente, tornando a vida com sentido de passado, com a casa natal e com todas as outras casas, inclusive a uterina, nosso primeiro *habitat*. Nossos ancestrais com suas histórias, mitos geracionais, fantasmas e segredos estão contidos no espaço da moradia, transformando o espaço físico em lugar, em apropriação e em possibilidades de vínculos, que se fortalecem juntamente com o desejo de permanência e de pertencimento.

5

Considerações finais

A casa sintetiza representações simbólicas e modula os processos de subjetivação daqueles que a habitam, conferindo-lhes um lugar de lar. Na sociedade contemporânea, o medo e a violência contribuem para a emergência e a consolidação de novos padrões de organização familiar. Crianças, adolescentes e suas famílias, moradores nas grandes cidades vivem a falta de interação com espaços públicos e com as mais diversas classes de pessoas, levando à produção de subjetividades cada vez mais narcísicas e de reconhecimento somente daqueles parecidos com o “eu”. Os membros das famílias passam a viver em mundos independentes de seus contornos, do que se passa ao lado e do contato direto entre eles próprios. Nessa vida de segregações, o outro passa a ser um estranho ou uma ameaça ao mundo fechado do “eu” e de quem se pode esperar qualquer reação a qualquer momento. Uma sociedade que pasteuriza os padrões, mas não dá consistência aos vínculos sociais, obrigando os sujeitos a um novo arranjo de fronteiras para construírem sua subjetividade.

Com uma nova estruturação dos vínculos, cria-se um novo desenho para as moradias, para os bairros e para a vida nas cidades. A apropriação e o apego se fortalecem com o desejo de permanência e o sentimento de pertencimento à medida que o local de moradia aproxima-se de aspectos mais subjetivos, transformando o espaço em lar. A intersubjetividade continua como base do psiquismo individual e familiar e por onde circula o fluxo constante de afetos e pensamentos. A casa opera como um “envelope” de continência e sustentação ao que é compartilhado e vivenciado por todo grupo familiar.

Faz-se necessário, na escuta clínica, pensar na possibilidade da analogia entre o espaço da casa, o “corpo familiar” e os vínculos psíquicos, para a apreensão da dinâmica familiar. Pensar no grupo familiar é considerar diferentes níveis, inclusive o de aliviar a solidão e seus efeitos desconfortáveis. A intimidade familiar é criada na intersubjetividade e para isso, a metáfora que cabe melhor à casa é a da matriz materna, onde, afinal, tudo começou.

6 REFERÊNCIAS

ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BERENSTEIN, I. **El vínculo y el outro**. Revista de la Asociación de Psicoanálise de Buenos Aires. Vol 23, p. 515-517, 2001.

BERENSTEIN, I. **Família e doença mental**. São Paulo: Escuta, 1988.

BION, W. R. **Experiências com grupos: os fundamentos de psicoterapia de grupo**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BLAND, J. **Working with unconscious process: psychoanalysis and systemic family therapy**. In: Flaskas, C. e Pockock, D. Systems and Psychoanalysis contemporary integrations in Family therapy. London: Karmac, 2009.

CERVENY, C.M.O (Org). **Família em movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CORREA, O.B.R. **Crises e travessias nas diversas etapas de vida do casal e do grupo familiar**. Petrópolis: KBR, 2013.

EIGUER, A. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

EIGUER, A. **L'inconscient de La Maison**. Paris: Dunod, 2004.

FREUD, S (1921). **“Psicologia de lãs masas y análisis Del Yo”**. Obras Completas. Vol. III. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.

FREUD, S. (1932). **Novas conferências**. Obras Completas. Vol III. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.

GIDDENS, A. **Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GIROTTI, K. **Lusco Fusco: afiando a faca quase no escuro**. Tese de Mestrado em Psicologia – PUC-SP. 2015.

KAËS, R. **As Alianças Inconscientes**. São Paulo: Idéias & Letras, 2014.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri: Manole, 2005

MAFFESSOLI, M. **Apocalipse: opinião pública e opinião publicada**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. **Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação**. In: Féres-Carneiro, T (Org). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. 2005.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R.C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, cap. 5. 1998.

PERROT, M. (Org). **História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PROST, A; VINCENT. G (Org). **História da vida privada. Da Primeira Guerra a Nossos dias**. Vol. 5. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAFATLE, W. **Depois dos muros de Alphaville, o mato**. In: Dunker, C.I.L. Mal estar. Sofrimentos e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

SENNETT, R. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SINGLY, F.; PEIXOTO, C. E.; CICHELLI, V. (Orgs). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.